



Araçariguama, 17 de dezembro de 2020. SP

Ofício nº 390/2020 – GP

C. M. ARAÇARIGUAMA - SP
PROTOCOLO Nº 313/2020
EM 18/12/2020
HORA: 10:15
ASS.: [Assinatura]

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência, que foi sancionado;

• **LEI Nº 912 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020** Dispõe Sobre: “Estima a receita e fixa a despesa do Município de Araçariguama para o Exercício financeiro de 2021 dá outras providências”.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar meus cordiais cumprimentos.


JOÃO BATISTA DAMY CORRÊA JUNIOR
Prefeito Municipal de Araçariguama

Ao Excelentíssimo Senhor
MOACYR DE GODOY NETO
DD. Presidente da Câmara de Araçariguama



LEI 912 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020.

AUTÓGRAFO N.º 1091, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.

PROJETO DE LEI N.º 085/2020.

Dispõe Sobre: “Estima a receita e fixa a despesa do Município de Araçariguama para o Exercício financeiro de 2021 dá outras providências”.

JOÃO BATISTA DAMY CORRÊA JUNIOR, Prefeito do Município de Araçariguama, localizada no Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Municipal aprovou e que ele sanciona e promulga a seguinte Lei;

Art. 1º - Esta Lei fixa o orçamento fiscal e da seguridade social do Município de ARAÇARIGUAMA para o exercício de 2021, estima a receita em R\$ 125.500.000,00 (Cento e Vinte e Cinco Milhões e Quinhentos Mil Reais) para a Administração Pública Municipal, tanto da administração direta quanto indireta, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Parágrafo Único - Compõe esta Lei os seguintes anexos:

I. DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIDADE DO ORÇAMENTO COM OS OBJETIVOS E METAS DA LDO;

II. DEMONSTRATIVO DO EFEITO DAS RENÚNCIAS DE RECEITAS E AO AUMENTO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 37.124.216,25
Receitas de Contribuições	R\$ 3.352.993,40
Receita Patrimonial	R\$ 1.078.716,73
Receita de Serviços	R\$ 3.303,06
Transferências Correntes	R\$ 75.628.773,35
Outras receitas Correntes	R\$ 669.351,95
SUBTOTAL	R\$ 117.857.354,74



RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	
Receitas de Contribuições	R\$ 3.753.843,47
SUBTOTAL	R\$ 3.753.843,47

RECEITAS DE CAPITAL	
Alienação de Bens	R\$ 50.000,00
Transferências de capital	R\$ 3.838.801,79
SUBTOTAL	R\$ 3.888.801,79

TOTAL	R\$ 125.500.000,00
--------------	-------------------------------

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação constante dos quadros demonstrativos de órgãos e funções de governo e por área de abrangência, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

I. POR ÓRGÃOS:

01 – Câmara Municipal	R\$ 6.000.000,00
02 – Prefeitura Municipal	R\$ 113.150.000,00
03 – Instituto Municipal de Seguridade Social	R\$ 6.350.000,00
TOTAL	R\$ 125.500.000,00

II. POR FUNÇÕES DE GOVERNO:

01 – Legislativa	R\$ 6.000.000,00
04 – Administração	R\$ 17.015.235,93
05 – Defesa Nacional	R\$ 137.000,00
06 – Segurança Pública	R\$ 1.936.000,01
08 – Assistência Social	R\$ 6.201.282,27
09 – Previdência Social	R\$ 5.350.000,00
10 – Saúde	R\$ 22.584.583,63
12 – Educação	R\$ 39.958.824,40
13 – Cultura	R\$ 1.769.256,58



15 – Urbanismo	R\$ 15.896.191,92
16 – Habitação	R\$ 680.000,00
17 – Saneamento	R\$ 75.000,00
18 – Gestão Ambiental	R\$ 40.000,00
20 – Agricultura	R\$ 82.105,26
22 – Indústria	R\$ 442.000,00
27 – Desporto e Lazer	R\$ 1.032.520,00
28 – Encargos Especiais	R\$ 4.000.000,00
99 – Reserva de Contingência	R\$ 2.300.000,00
TOTAL	R\$ 125.500.000,00

III. POR ÁREA DE ABRANGÊNCIA:

Orçamento da Seguridade Social	R\$ 34.135.865,90
Orçamento Fiscal	R\$ 91.364.134,10
TOTAL	R\$ 125.500.000,00

Art. 4º - O Poder Executivo é autorizado nos termos da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias a:

I. Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II. Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III. Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (Vinte por cento) do orçamento das despesas, nos termos da Legislação vigente;

IV. Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal;

V. Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos nesta Lei;

VI. Realizar despesas de caráter continuado conforme o artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/00.



Parágrafo Único - Não onerarão o limite previsto no inciso III, os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal, inativos e pensionistas, dívida pública, débitos constantes e precatórios judiciais e excesso de arrecadação e despesas à conta de recursos vinculados.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Araçariçuama, 17 de dezembro de 2020.



JOÃO BATISTA DAMY CORRÊA JUNIOR

Prefeito Municipal de Araçariçuama

Publicado e registrado no Gabinete do Prefeito, na data supra



FRANCISCANO RODRIGUES DE SOUSA

Secretário de Governo